MEMORIAS E RELAÇÕES DE AFETO NO TRABALHO: O QUE AS TRABALHADORAS DOMESTICAS TEM A DIZER?

Jadson Stevan Souza da Silva[1]

Resumo: Este texto busca dar visibilidade às memórias de trabalhadoras domésticas de Guarapuava – PR e problematizar suas relações de afeto estabelecidas no contexto de trabalho. Para tanto, utilizamos da História Oral temática como metodologia para aproximação das experiências narradas por cinco trabalhadoras domésticas da cidade em questão. Além disso, para análise das fontes, fizemos uso da categoria gênero, considerando este estudo como inserido no campo da História das Mulheres. Ainda, buscamos contextualizar a situação dessa classe trabalhadora e questionamos: se enquanto trabalhadoras úteis à determinada estrutura da sociedade, essas mulheres se encontram na invisibilidade, que dirá sobre suas particularidades subjetivas? Sobre as vidas que, em tese, as pertencem? Suas memórias visitadas e consequentemente seus afetos no contexto de trabalho permitem algumas percepções.

Palavras-chave: História das Mulheres, História Oral, Trabalhadoras domésticas, relações de gênero, memória.

MEMORIES AND RELATIONSHIPS OF AFFECTION AT WORK: WHAT DOMESTIC WORKERS HAVE TO SAY?

Abstract: This text seeks to give visibility to the memories of domestic workers of Guarapuava - PR and to problematize their relations of affection established in the context of work. For that, we use thematic Oral History, as a methodology to approximate the experiences narrated by five domestic workers in the city in question. In addition, to analyze the sources, we made use of the gender category, considering this study as inserted in the field of Women's History. For this purpose we seek to contextualize the situation of this working class and question: if as useful workers to the determined structure of society, these women are in invisibility, which will tell about their subjective particularities? About the lives that, in theory, belong to them? Their visited memories and consequently their affections in the work context allow some perceptions.

Key-words: History of Women, Oral History, Domestic Workers, Gender Relations, Memory.

[1]Estudante do curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/Guarapuava-PR. E-mail: stevan.jadson@yahoo.com.br

Introdução

> [...] Esa cara de nana esta en muchos hogares del barrio alto. Es la que duerme en la pieza chica, la que come en la cocina y la que debe usar ese uniforme para que todos quienes entren a la casa sepan cual es su rol. Pero también esa cara de nana fue la que viste cuando acariciaba tus heridas de niño, esa misma cara fue la que te cuidó cuando estabas enfermo, que te conoce incluso mejor que nadie y hasta atendió a la polola nueva que trajiste a la casa [...] (VILLAGRÁN, 2014).

A presente pesquisa busca visibilizar as memórias de trabalhadoras domésticas de Guarapuava, cidade localizada no centro-sul do Estado do Paraná, com população de mais de 167 mil habitantes[2]; e problematizar seus vínculos de afeto estabelecidos entre elas e patroas/ões. Para tal intento, realizamos conversas gravadas com cinco trabalhadoras da cidade, ambas com autorização das mesmas.

Com o estudo que propomos, primeiramente deixamos manifesta nossa atenção quanto à significativa parcela de atuantes nessa categoria de trabalho e a correspondente servidão invisível, ao passo que equiparações mínimas de condições de atuação lhes são negadas, como registro de trabalho. Estudos de produção de dados que buscam traçar um perfil da atuação do trabalho doméstico remunerado esboçam as condições dessa classe de trabalho. Em escala mundial, por exemplo, podemos citar o relatório mundial sobre o trabalho doméstico, da Organização Internacional do Trabalho, que em 2013 apontou a estimativa de quase 53 milhões de pessoas atuando no emprego doméstico pelo mundo[3].

Para nós, é de grande importância notar que esses dados indicam também que as maiores parcelas de atuantes no trabalho doméstico remunerado estão localizadas/os na América Latina e Caribe. São cerca de 19,6 milhões do total mundial e o Brasil se encontra com o maior número percentual, com 7,2 milhões de atuantes[4]. Dentro desse traço de perfil, outra característica importante a se considerar é a presença de mulheres, já que em todos os casos, em regiões específicas ou no traço mundial, elas são a grande maioria. Das 53 milhões de pessoas atuando no trabalho doméstico remunerado, 83% desse número são mulheres, e a maior parte sem o amparo da seguridade jurídica do trabalho[5].

Interessante observar que os estudos de dados, como o apresentado pela Organização Internacional do Trabalho, reconhecem a distância entre suas ilustrações estatísticas e a realidade, justificada pela informalidade em que essa categoria de trabalho está alocada.

[2] IBGE. Cidades: Guarapuava – Infográficos: dados gerais do município. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/KLI> Acesso em: 13 jul. 2016.
[3] INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection / International Labour Office – Geneva: ILO, 2013.
[4] Idem, 2013.
[5] Idem, 2013.

Questionamos então: se, enquanto trabalhadoras, ou seja, úteis a determinada estrutura da sociedade, essas mulheres se encontram na invisibilidade, que dirá sobre suas particularidades subjetivas? Sobre as vidas que, em tese, as pertencem? Daí a busca em notar e analisar seus vínculos de afeto e memória.

Como afeto, compreendemos ser a subjetividade de um estado psíquico, horas vago, horas qualificado, penoso ou agradável, expresso massivamente ou como nuança, focamos no que é sentido por estas trabalhadoras (DORON; PAROT, 2006). A atenção que damos as memórias dessas trabalhadoras é pautada pela noção de que não se pode existir identidade sem memória, essa ligação é o que torna permissível a autoconsciência da duração, mas também não pode haver memória sem identidade, pois não se estabelece relações entre estados sucessivos do sujeito sem a consciência de que a cadeia de sequências temporais pode ter significação para ele (CANDAU, 2011). Complementamos ainda: a memória não é um testemunho do passado, mas a representação de um sujeito que se reelabora em busca de um sentido diante de si, por isso, nos interessa o sujeito da memória (JELIN, 2001).

Embora com registros de atuação nas mais longínquas sociedades, o trabalho doméstico, além da atuação majoritária de mulheres, sempre se alocou na informalidade e no silêncio. Constatada essa situação, atrelamos nossa pesquisa no campo da História das Mulheres cuja designação é de produção de uma História das Mulheres que passe do imaginário produzido por homens para uma história feita pela fala das próprias mulheres sobre si mesmas de forma que se rompa o silêncio estabelecido e se levante contra uma lógica de representação vigente (PERROT, 2005).

No entanto, pretendemos não apenas permitir as narrativas de trajetórias dessas mulheres trabalhadoras, mas evidenciar debates mais amplos, como a questão das diferenças dentro da diferença. Buscamos romper não apenas com o silêncio das narrativas dessas trabalhadoras, mas também com a hegemonia da classe média branca do termo universalista de "mulheres".

Uma História das Mulheres que enfatize problemáticas sobre o poder em termos de processos discursivos que produzem as diferenças. "[...] Como é produzido, legitimado e disseminado o conhecimento da diferença? Como as identidades são construídas e em que termos? [...]" (SCOTT, 1992, p. 90) nos encaminha para o trato da pesquisa pela perspectiva de gênero como categoria de análise. Gênero se estrutura como um saber sobre as diferenças sexuais, e como saber, segue as constatações de Michel Foucault (1926-1984), que carrega em si "[...] o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres. [...]" . Nessa concepção, os saberes são

produzidos de forma complexa em que seus "[...] usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas. [...]" (SCOTT, 1992, p. 12). Nesse sentido, saber é poder.

Para o presente trabalho nos ocupamos com a metodologia da História Oral, mais precisamente História Oral Temática, técnica que articula as narrativas de entrevistados com outros documentos e/ou referências teóricas. Por esse caráter, essa técnica permite o uso de questionários e a busca em aspectos mais pontuais do que apenas a narrativa de vida (MEIHY,1996).

As trabalhadoras entrevistadas foram selecionadas da seguinte forma: dirigimo-nos a casa da primeira trabalhadora a partir da sugestão de outra trabalhadora doméstica, que não faz parte do grupo de conversas gravadas, mãe do pesquisador que escreve. A partir desta primeira trabalhadora doméstica chegamos, por indicação desta, em outras duas trabalhadoras, e assim por diante. Acreditamos que esse modo de seleção nos permitiu construir uma relação de confiança a partir da indicação por amigas e companheiras.

Não nos utilizamos de delimitações quanto aos seus perfis, por isso nos aproximamos de trabalhadoras em situações diversas. Sobre o perfil das entrevistadas: três delas nasceram na cidade de Guarapuava e duas em distritos interioranos da região. Quanto à variação geracional, a primeira trabalhadora tinha sessenta e quatro anos de idade; a segunda, quarenta e quatro anos; a terceira, trinta e cinco; a quarta, trinta e quatro e a quinta, trinta e dois anos de idade. Todas as trabalhadoras têm filhas (os), e as idades destes variam entre quatro a trinta anos. Apenas uma das entrevistadas era casada, as outras quatro eram separadas. Das trabalhadoras, duas se declararam negras, duas se declararam pardas ou morenas e uma se declarou branca. Apenas uma delas declarou ter o ensino médio completo. Para o trato das entrevistas no presente trabalho utilizamos nomes fictícios tanto para as trabalhadoras entrevistadas quanto para outras pessoas citadas nas entrevistas.

Importante mencionar que optamos em chamar essas mulheres de trabalhadoras, concordando com o apontamento de Suely Gomes Costa de que antes de ser emprego, a ocupação doméstica é trabalho, pois despende energia humana (COSTA, 2014, p. 768). Nem sempre esse trabalho será emprego, mas mesmo não sendo emprego, sempre será trabalho.

"Não se aplicam: aos empregados domésticos"[6] - Contextualizando o trabalho doméstico no Brasil.

A visibilidade das trabalhadoras domésticas é um processo em árduo movimento. Direitos de reconhecimento de suas funções caminharam ao longo da história do Brasil em passos lentos. Uma primeira expressão de direitos quanto ao trabalho doméstico se inscreve com o labor das chamadas amas de leite, registradas pela polícia de São Paulo, em 1886. Estudos com documentos do período demonstram que esse registro era obrigatório para as amas de leite, caracterizava-se por procedimento médico e cumpria a função de regular e mediar relações de trabalho no lar, no que diz respeito à saúde pública, com intuito de prevenir as crianças dos senhores, de doenças que pudessem ser transmissíveis pelo leite (TELLES, 2011).

Nesse mesmo período, 1890, no Estado do Piauí, um decreto determinava a emissão de carteira de trabalho para as trabalhadoras domésticas. Essa situação exigia determinações quanto a direitos e deveres, mas seu objetivo primário e central era o controle social e de saúde (DEIAB; MESQUITA; SANTOS, 2003). Tanto essa experiência do Estado do Piauí, quanto à experiência do Estado de São Paulo, apesar de esboçar alguma regulamentação do trabalho doméstico, demonstra mais os interesses em regular as atividades do trabalho doméstico como modo de controle, apenas.

Essas experiências parecem se ligar às experiências do Rio de Janeiro da pós-abolição quanto às mucamas e a necessidade de modificação no controle exercido. Se anteriormente as mucamas escravizadas ocupavam um papel privilegiado pela atuação no espaço privado e protegido, situação que influenciava nas relações sociais e os laços eram de confiança, na pós-abolição, com aumento da oferta de mão de obra, as empregadas passaram a ser vistas como estranhas, alheias ao lar. Com isso, foi instalado o medo de que essas empregadas se voltassem contra o lar, em que estavam temporariamente inseridas (LAUDERDALE, 1992).

Em 1943, no governo Vargas, momento pertinente para a equiparação de direitos trabalhistas quanto ao trabalho doméstico, por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) elaborada em 1943, e que propunha estabelecer as normas regulamentares nas relações individuais e coletivas de trabalho, o artigo 7° em sua alínea "a" determina a não apreciação dos preceitos da Consolidação para o caso de empregadas domésticas, definindo-as como as que

[6] Trecho do DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que excluía as trabalhadoras domésticas da Consolidação das Leis do Trabalho.

"[...] prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas"[7].

Essa noção de que o trabalho doméstico é de natureza não econômica, ou seja, não gera riqueza social, faz-se importante, já que exatamente por esta justificativa esse trabalho ficou alheio às considerações das teorias clássicas econômicas (COSTA, 2014, p. 768). Há aí uma concepção de invisibilidade social, já que na alcunha de "não econômica" quer se expressar a não existência, a irrelevância dessas sujeitas no plano socioeconômico, no giro das relações econômicas e sociais. Nesse discurso, o trabalho doméstico não tem valor.

Já na década de 1970, o movimento feminista no Brasil que emergia no governo Médici, possibilitou que o debate chegasse ao trabalho doméstico (OTTO, 2004). O feminismo do período contracenava com o clima da ditadura civil-militar, repressiva e com mortes, atrelada a um desequilíbrio entre potencial industrial, investimento econômico e indicadores muito baixos em políticas públicas, situação do momento político (FAUSTO, 2008). Em 11 de dezembro de 1972, foi decreto da lei de n° 5.859. Essa lei determinava em seu artigo 1° que a empregada doméstica se definisse pela "[...] prestação de serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas [...]". Assim sendo, no artigo 3° do documento, era assegurada a empregada doméstica férias anuais remuneradas, de vinte dias[8].

Apenas na Constituição de 1988 encontramos mudanças significativas quanto à regulamentação do trabalho doméstico. Em seu artigo 7° há a disposição de direitos trabalhistas, e em um parágrafo único do mesmo artigo se declara o seguro à categoria das trabalhadoras (es) domésticas (os) os direitos: salário mínimo; irredutibilidade salarial; 13º salário; repouso semanal remunerado; férias mais 1/3; licença maternidade de 120 dias; licença paternidade; aviso prévio; aposentadoria, bem como sua integração à previdência social[9].

Em 2006, no governo Lula, por meio da lei n° 11.324, foi acrescentado ao patrimônio jurídico da empregada (o) doméstica (o) a proibição de descontos sobre o provimento de alimentação, vestuário, higiene e moradia no trabalho, dispostos no artigo 2°; além de férias estendidas para trinta dias, e não mais vinte dias; estabilidade da doméstica gestante; repouso semanal e feriados civis e religiosos com pleno direito à remuneração correspondente[10]. Chegamos aos últimos marcos legais em termos legislativos com a Emenda Constitucional nº 72,

[7] BRASIL. Consolidação das leis do trabalho. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/8/1943.

[8] BRASIL. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/12/1972.

[9] BRASIL. Constituição de 1988: Capítulo II - dos direitos sociais; Artigo 7°. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/10/1988.

[10] BRASIL. Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei n° 605, de 5 de janeiro de 1949. Brasília, 19 de julho de 2006.

de dois de abril de 2013, no governo Dilma Rousseff, fruto da Proposta de emenda Constitucional 66/2012, conhecida como PEC das domésticas, que estabelece a igualdade plena de direitos trabalhistas entre as trabalhadoras (es) domésticas (os) em relação às outras categorias de trabalho já asseguradas[11].

Apesar da sempre competente ação em desqualificar a categoria, como vimos nesse lento processo de inserção de direitos, as vozes pela categoria se mantiveram firmes em chamar a atenção para uma imensa parcela de trabalhadoras (es) do país. Laudelina de Campos, trabalhadora doméstica da primeira metade do século XX, em Minas Gerais, é considerada a primeira trabalhadora a militar na luta em busca de direitos à ocupação com o trabalho doméstico no Brasil. Neta de escrava doméstica, e filha de ama seca[12], a narrativa de Laudelina de Campos é retrato de uma herança servil escravagista, mas também simbólica quanto ao questionamento das normas. Laudelina Fundou a Associação das Empregadas na cidade de Santos em 1936 e atuou no mesmo período em busca de tornar a associação um sindicato. No ano de 1961, trabalhou na fundação da Associação das Empregadas Domésticas em Campinas, e se transformou em sindicato em 1988 (PINTO, 1993).

A partir da década de 1990, é possível observar uma nova relação na luta das trabalhadoras. A criação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) em 1997, a consolidação de alianças entre movimentos negros, feministas e classistas demonstram uma articulação importante, além das articulações de alianças com movimentos internacionais como: Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas; Rede Internacional de Trabalhadoras Domésticas; ONU mulheres; Organização Internacional do Trabalho (OIT); Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial; Secretaria de Políticas para as Mulheres, entre outras (BERNARDINO-COSTA, 2013).

Embora o foco da categoria se defina pela luta de reconhecimento classista profissional das trabalhadoras domésticas, tal empenho depende categoricamente também do reconhecimento de perfil dessas trabalhadoras que integram a classe, daí a importância da relação com os movimentos feministas e negros[13]. Afinal, além do número majoritário de trabalhadoras mulheres, é notável a maior proporção de mulheres negras, assim como o apontamento de seu crescimento entre 2004 e 2011, segundo dados do DIEESE de 2013. O percentual passou de 56,9% para 61,0%, ao passo que entre as mulheres não negras foi observado uma redução de

[11] BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72, DE 2 DE ABRIL DE 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, 02 de abril de 2013.
[12] Termo do século XIX para designar criadas domésticas que cuidavam das crianças desmamadas dos senhores.
[13] Idem, 2013.

4,1% pontos percentuais, com a participação correspondendo a 39,0%, em 2011[14]. Números que remontam uma consequência histórica que associa a atividade doméstica aos resquícios escravagistas em relação às mulheres negras.

Esse resquício remonta ao período inicial de colonização do que se chamou a América Portuguesa. O papel de provedora de alimentos da família, notada em todas as civilizações, ganha as seguintes características no primeiro momento da colonização: não havendo mulheres brancas a contento para tal atividade, as índias assumiram esse papel, ao ensinar a socar milho, preparar mandioca, entre outras atividades. "[...] Nos séculos subsequentes, as portuguesas uniram-se a elas para comandar as grandes vivendas rurais e tiveram como aliadas as escravas negras [...]" (ALGRANTI, 1997, p. 120).

Já em Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire encontramos um contraponto delimitador quanto às atividades domésticas dessas senhoras portuguesas. Suas cenas domésticas apresentam as sinhás dando ordens às escravas sem sequer levantar de seus estrados em que teciam e bordavam roupas de cama, como de costume do Reino, as chamadas tarefas de agulha (FREIRE, 2006). Já no Brasil Império, no século XIX, em que a libertação de negros e negras do regime escravo está prestes a se consolidar, Ina Von Binzer, *apud* Suely Kofes (2001, p. 134) expressa uma inquietação quanto o que vira no Brasil em seu relato de viagem:

> Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto que nos conduz, uma preta que nos serve junto ao fogão, o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos.

O que acontece na experiência do trabalho doméstico em meio à decomposição escravagista, é que "[...] A associação entre negra (escrava) e trabalho doméstico convive com a preferência pela contratação de brancas e estrangeiras para o mesmo serviço [...]" (BINZER, *apud* KOFES, 2001, p. 138). Tal preferência pode ser compreendida por meio de documentos do período analisados em estudos: à dona de casa, senhora branca, cabia às atividades nobres do lar, mas o serviço sujo da casa cabia às criadas o serviço (RONCADOR, 2007). É notório aqui o efeito do processo de abolição: deslocou-se a posição de escravas domésticas para empregadas domésticas (KOFES 2001).

[14] DIEESE. Estudos e pesquisas: O Emprego Doméstico no Brasil. N° 68, ago. 2013.



Isso é serviço que não aparece – Memórias e afetos de trabalhadoras domésticas

Propomos nesse tópico a apresentação das narrativas de experiências das trabalhadoras domésticas entrevistadas e as devidas reflexões de análise quanto a suas memórias e relações de vínculo afetivo em seus contextos de trabalho. Nossa ocupação com a análise proposta apresenta as narrativas de vida em relação ao trabalho de Alice, trabalhadora doméstica de cinquenta e dois anos de idade, natural de Palmeirinha - PR, distrito do município de Guarapuava-PR, atuante no serviço doméstico há vinte e três anos; Carolina, trabalhadora doméstica de quarenta e quatro anos de idade, natural da comunidade de Rio Pedrinho, localizada na região rural do município de Turvo – PR - município esse que fica a quarenta e dois quilômetros de distância de Guarapuava-PR – Carolina é atuante no serviço doméstico há trinta e três anos; Leonora, trabalhadora doméstica de trinta e cinco anos de idade, natural de Guarapuava – PR, atuou no serviço doméstico até então cerca de cinco anos; Adélia, trabalhadora de trinta e quatro anos de idade, natural de Guarapuava – PR, atuante há dezoito anos; e Conceição, trabalhadora de trinta e dois anos de idade, natural também de Guarapuava – PR, atuante há quatorze anos no serviço doméstico[15].

Como já apontado anteriormente, ocupamo-nos com a História das Mulheres, nesse sentido, entendemos a função da ocupação dessa escrita como o rompimento, a saída do silêncio em que as sujeitas aqui protagonistas estavam confinadas. Por muito tempo escondidas no âmbito privado, custamos a compreender a dimensão política da vida privada, a qual as mulheres estavam condicionadas. “[...] Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. [...] Sua aparição em grupo causa medo. [...] Sua fala em público é indecente [...]” (PERROT, 2012, p. 17).

Daí o foco das manifestações feministas desde o século XIX, na ocupação do espaço público pelas mulheres. Uma primeira organização do movimento feminista na “[...] reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança [...]” (PEDRO, 2005, p. 79). Como desdobramento dessas primeiras reivindicações, no século XX o olhar feminista se dirigiu à sexualidade, ao corpo e a violência contra as mulheres. No contexto brasileiro, as especificidades da conjuntura política fez com que os movimentos enfatizassem a liberdade de expressão, as lutas políticas que contavam com grande participação de mulheres e a

[15] Optamos por apresentar as cinco trabalhadoras domésticas entrevistadas por nomes fictícios

questão de trabalho para as mulheres, ou seja, as grandes questões emergentes tratavam das mulheres na ocupação do espaço público (PEDRO, 2013).

No entanto, na ocupação da esfera pública, esqueceu-se do olhar às mulheres que há muito tempo já haviam cruzado a linha do espaço público e se alojado no espaço privado do outro, muitas vezes, garantindo inclusive a ocupação do espaço público por outras mulheres. Esse esquecimento que citamos nos faz pensar em paralelo a declarações das cinco trabalhadoras domésticas, as quais nos foram possíveis ouvir seus relatos, o espanto diante do convite a ingressar na presente pesquisa, com frases do tipo: "nunca pensei que isso interessasse a alguém", referindo-se a sua história de vida; ou ainda: "não sei se vou saber falar sobre minha vida"[16], demonstrando nunca ter se deparado com a importância de suas memórias, ou a constatação: "Isso é serviço que não aparece"[17].

Essa noção de despretensão em relação as suas experiências pode ter sua explicação no contexto de cada trabalhadora para a inserção no trabalho doméstico em casas alheias. Os depoimentos dessas mulheres sobre suas inserções são marcados pelas condições limites de suas experiências de manutenção de sobrevivência, em que o trabalho doméstico é sentido como única opção de ocupação:

> Eu comecei a trabalhar quando eu me separei do meu marido. As crianças eram todas pequenas e eu vivia só dele, eu não trabalhava. Quando eu me separei fui aprender a trabalhar, dali eu nunca mais parei (Alice)[18].
> [...] Precisei trabalhar porque a gente sonha em ter alguma coisa. Eu era casada recente e meu primeiro emprego foi trabalhar como empregada doméstica (Leonora)[19].
> [...] Sem estudo a gente não consegue nada, né?! Daí tem que trabalhar de diarista. Era o que eu sabia. A gente tem que fazer o que já faz em casa! Arrumaram pra mim, daí eu peguei. Não tinha outra opção (Adélia)[20].
> [...] A minha mãe, quando meu pai morreu, deu eu pra Sônia[21], pra ser filha adotiva. Em troca ela me dava o que comer, porque minha mãe não tinha condição de dar de comer a gente, sabe?! [...] Daí eu fui trabalhar na casa dela, cuidava do filho dela... a troco da comida e casa (Carolina)[22].

Todas as experiências de início de trabalho são marcadas pela pouca condição econômica dessas mulheres, pelo objetivo de sobreviver, produzir ou somar a renda financeira de suas famílias; mas se despender ao trabalho remunerado pode aparecer também como busca de autonomia:

16 As duas primeiras citações desse parágrafo são falas de duas trabalhadoras domésticas anotadas posteriormente em caderno de campo. As falas ocorreram no convite a integrar a pesquisa, portanto, são falas não gravadas.
17 Entrevista A.B.P. (Leonora): 20 abr. 2016. Concedida a Jadson Stevan Souza da Silva. (47min).
18 Entrevista M.F.L. (Alice): 22 mar. 2016. Concedida a Jadson Stevan Souza da Silva. (1h06).
19 A. B. P., op. Cit., 2016.
20 Entrevista M.S. (Adélia): 24 abr. 2016. Concedida a Jadson Stevan Souza da Silva. (42 min).
21 Nome fictício.
22 Entrevista M.T.R. (Carolina): 28 mar. 2016. Concedida a Jadson Stevan Souza da Silva. (1h13).

> [...] Eu não queria ser doméstica. Aconteceu de eu começar nesse serviço... Fazer o que?! Aprendi... agora só faço isso. [...] Como eu não consegui outro serviço, fui trabalhar nas casas das pessoas. Como eu estava começando a sair, queria roupa, queria as coisas, eu fui (Conceição)[23].

A noção de que o trabalho, mesmo que não o desejado, pode permitir a autonomia financeira para se fazer o que se deseja, suprir as necessidades da família, junto ao companheiro ou sozinha através do poder aquisitivo nos permite relacionar a inserção no trabalho remunerado à bandeira do feminismo sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho como forma de produção de autonomia das mulheres e de ocupação do espaço público (PEDRO, 2013) .

Não pretendemos defender de maneira simplista a inserção dessas mulheres no trabalho em casas alheias como forma de produção de autonomia. Cabe-nos atentar a que custo se dá a ocupação do espaço público, ou o sentimento de autonomia para essas mulheres, que em seus relatos parecem estar em dicotomia entre a autonomia de manter economicamente suas famílias ou seus anseios, e a subordinação a uma opção de trabalho sentida como única possibilidade a si no mundo do trabalho, além da própria subordinação a outra estrutura familiar que não a sua nessas casas alheias.

As complexidades do mercado de trabalho são fundamentais para compreendermos as relações cotidianas de gênero. Quando as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, é preciso atenção às formas de intervenção na produção de identidade de gênero por essa inserção (JOSHI, 2009). Um dos aspectos atingidos notados nas narrativas é em relação ao papel maternal, em que há uma forte noção de responsabilização pelos cuidados das crianças. A noção de que o trato de filhas e filhos é função prioritária por parte da mãe surge em forma de angústia ao não poder cumprir a contento no desdobramento entre o tempo de trabalho fora de casa e os papéis em seu próprio lar:

> Há uns oito anos atrás, eu já tinha o meu primeiro filho então essa experiência não foi muito boa, esse primeiro emprego, porque nesse serviço era muita coisa, tinha que sair muito cedo e voltar muito tarde [...] Eu entrava 7h30 e saia 19h00 da noite. Às vezes era pra sair as 18h00, mas saia as 19h00, porque tinha que terminar o serviço. Tinha que sair de casa umas quinze pra sete e acordar às seis horas (Leonora)[24].

A concepção de responsabilização pelo cuidado às filhas e filhos nos faz lembrar o constructo de ideal que surge no século XVIII e que, nota-se, mantem-se vigoroso até os dias de hoje: a imposição de que as mulheres, antes de tudo se destinem à maternidade, constituindo assim o mito do instinto materno (BADINTER, 1985).

[23] Entrevista C.C. (Conceição): 14 mai. 2016. Concedida a Jadson Stevan Souza da Silva. (43 min).
[24] Entrevista A.B.P., op. Cit., 2016.

O ideal do amor materno como instinto representa nos relatos dessas mulheres uma violência simbólica tão forte que, ao incorrer na experiência de vida de suas filhas e filhos alguma situação que represente perigo ou desagrado, a culpa é tomada pra si:

> [...] Eu não tinha tempo pra ficar com eles, como não tenho. Então, meu piá é desnorteado, ruim, briguento, ele não obedece. Mas acho que não é culpa dele, é culpa minha [...] O que será que está fazendo? O que será que está aprontando? [...] Eu penso que se eu pudesse voltar atrás, eu ia cuidar dele, trabalhar menos e cuidar dele. Eu devia ter deixado não ter um pão pra comer no café, não ter um leite, mas ter dado mais atenção, porque meu piá me cobra isso, sabia? Ele fala pra mim: "-Ah você nunca foi uma mãe, você nunca estava perto de mim, estava sempre trabalhando, trabalhando, trabalhando. Então eu me arrependo disso, eu pensava que não podia deixar eles passarem fome (Carolina)[25].
> [...] A gente sentia que estava faltando, você devia... Reunião de escola tinha que pedir pra minha mãe. A gente que devia estar lá, a gente se sente triste, acaba cuidando de outras crianças na mesma fase de ajudar na tarefa, né?! (Leonora)[26].
> [...] Hoje em dia, graças a Deus, estão todos casados, todos bem, porque, imagina você, sem mãe, pai e você sair trabalhar e deixar teus filhos por conta? [...] Meu filho que eu tinha medo. Tipo, os outros tinham tênis de marca. A gente... Dá o que pode [...] (Alice)[27].

Para percebermos como os processos de ocupação do espaço público pelas mulheres são atrelados aos ideais de papéis de gênero, lembramos que no pós-guerra de 1918 no Brasil, "[...] ganhou força, por toda a sociedade, a ideia de que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente às tarefas do lar e à maternidade [...]" (MATOS; BORELLI, 2013, p. 133). Assim, o trabalho feminino fora de casa só era tolerado pelo senso comum apenas como fatalidade da pobreza. Os relatos das trabalhadoras de Guarapuava-PR, ao apontar o mesmo ideal do começo do século XX nos faz refletir como os papéis de relações de gênero são internalizados através do tempo, principalmente ao percebermos que o trabalho doméstico antes de ser efetuado em casas alheias não é percebido como trabalho ao ser efetuado em suas próprias casas. Daí a ideia de que se aprende a trabalhar apenas quando se dirige às casas alheias:

> Tipo assim, eu não sabia fazer nada. Eu nunca trabalhei pra fora, então, a primeira coisa que me arrumaram, eu acabei ficando. Porque eu não sabia fazer outra coisa [...] daí você começa a aprender, porque na tua casa você tem um jeito de fazer as coisas, na casa dos outros tem outro jeito. Então, você começa a aprender. Fui aprendendo, aprendendo... Aí fui trabalhar em ouras casas (Alice)[28].

Embora o trabalho seja sentido como trabalho de fato somente no direcionamento às casas alheias, é comum que o trabalho seja reprodução do que já se fazia em suas casas, tocando-

25 Entrevista M.T.R., op. Cit., 2016.
26 Entrevista A.B.P., op. Cit., 2016.
27 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.
28 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.

nos novamente em uma permanência de estrutura já visível no século XX, em que mulheres "[...] foram mais facilmente incorporadas ao mercado laboral quando assumiram ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas (fiar, tecer, costurar, cuidar, servir) [...]" (MATOS; BORELLI, 2013, p. 127). Nas narrativas de nosso estudo:

> [...] Me casei cedo, não terminei os meus estudos, então uma das coisas é isso, porque em outros serviços a gente precisa de um curso. Então eu achei que isso, o primeiro emprego pra fazer, ajudar em casa, seria trabalhar assim. Era o que eu já sabia fazer, porque eu já ajudava em casa antes [...] Pra mim, era minha opção, mas a gente sabe que quer ajudar, quer conquistar, quer ter tuas coisas (Leonora)[29].

Há algo que remonta a uma posição de geração diante do trabalho doméstico, herdado pelo fato de ser mulher e repassado para suas filhas:

> Fui obrigada (risos)! Não, normal né, eu tinha dezessete pra dezoito anos [...] A minha mãe comentou: "- A pessoa lá está precisando." - que ia fazer uma cirurgia na época e ela precisava de alguém que ficasse o dia inteiro na casa dela pra limpar tudo que ela não ia poder fazer. [...] Eu já tinha experiência também porque minha mãe sempre trabalhou de doméstica. Toda a vida minha mãe trabalhou de doméstica para os outros (Conceição)[30].
> [...] as minhas meninas começaram muito cedo a trabalhar. Tipo a Aline que tinha treze anos e já era babá de uma menininha de um juiz, e eu trabalhei no mesmo prédio [...] Alguém me falou que estavam fazendo entrevista pra babá e Deus é tão maravilhoso que foi umas dez e ficou ela. Elas começaram muito cedo pra ter as roupinhas delas, as coisinhas delas, porque só eu, só eu, a gente não tinha condições, sabe?! A gente tinha condições da comida, né?! Porque não era fácil, foi muito difícil (Alice)[31].
> [...] minha menina me ajuda aos pouquinhos. Ela tem nove anos, já lava a louça [...] ela disse que com quatorze anos já vai trabalhar. Ela quer ter vida própria. Esses dias nós viemos para o centro, encontramos um ex-patrão meu, e ele disse que quando ela tiver quatorze anos é pra procurar ele que o emprego dela está garantido (Carolina)[32].

A concepção que nos deparamos nessas falas vai de encontro com o que tratamos anteriormente de opção única, em que o trabalho doméstico foi aprendido desde a infância e se concretiza como "opção natural" de ocupação remunerada. O aprendizado de uma prática em casa abre precedentes para as idealizações sobre o futuro, principalmente a respeito de autonomia. É por meio das práticas domésticas em casa, do já saber fazer que se almeja no futuro de suas filhas um trabalho fora de casa que garantirá a melhoria de vida.

Mas esse já saber fazer não significa que não haja diferenças entre suas casas e as casas dos outros. Embora se recorra ao trabalho doméstico como forma de remuneração a partir de suas experiências em suas casas, suas narrativas constantemente se voltam ao aprendizado do

29 Entrevista A.B.P., op. Cit., 2016.
30 Entrevista C.C., op. Cit., 2016.
31 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.
32 Entrevista M.T.R. op. Cit., 2016.

trabalho fora de casa, ou seja, o trabalho doméstico só é possível por suas experiências em casa, mas enquanto prática em suas próprias casas não se vê seus afazeres como trabalho.

Essas diferenças notadas pelas trabalhadoras parecem determinar quando suas ocupações já de casa se tornam para elas trabalho de fato. Entendemos esse fenômeno como uma espécie de tríade no processo de se tornar doméstica, em que se iniciam nessa atividade pela já experiência da função doméstica em suas próprias casas; percebe-se, porém, que apesar de ser a mesma atividade de seus próprios lares há uma maneira de se fazer diferente, logo, distancia-se da noção de seus próprios lares; por último, a agregação e/ou a familiarização a esse lar do outro.

Antes, porém, de vivenciar a agregação ao lar do outro, há um estranhamento, discrepâncias de classe social, em que essas trabalhadoras encontram nas casas alheias aparatos, estruturas, organização diferentes. Há outro tipo de comida, de roupas, de móveis, de modos de vivenciar o cotidiano. Essas trabalhadoras adentram o cotidiano de outra classe social, mas a experimenta pelas brechas, relação essa que nos parece estar ligada à atenção que a crítica feminista deu às questões da dicotomia público/privado resultantes das práticas patriarcais, em que direciona as mulheres e as responsabilizações das mesmas à ocupação do espaço privado da domesticidade e reprodução, enquanto aos homens, cabe à ocupação do espaço público com a responsabilização dos aspectos econômicos e políticos da vida (OKIN, 2008), lógica essa que já apontamos anteriormente é questionada respondida pela crítica feminista, ou seja, o privado também é político, mas a denotação que queremos dar aqui é a estranheza dessas mulheres com o espaço público, embora suas ocupações no espaço público sejam da ordem de reprodução do privado. As disparidades são elencadas:

> Eles tem aquelas frescuras de material de limpeza. A gente sabe que com água sanitária e sabão em pó, vai limpar, mas eles já querem outras coisas. É diferente, mas né, a gente tem que fazer do jeito que gostam (Adélia)[33].
> Na tua casa você faz do jeito da gente, na casa dos outros não é do jeito da gente [...] eu chegava, a patroa dizia assim: tem que fazer isso, isso e isso! E daí você tinha que ir fazendo, ela não falava mais nada, porque patroa é assim... Elas te falam assim: "-Você tem que fazer isso aqui, aquilo lá e aquilo lá..." - E não te falam mais nada! Daí você vai aprender na marra, vai aprendendo e foi assim comigo [...] (Alice)[34].
> [...] No primeiro emprego teve assim: eu limpei, ela (patroa) chegou e disse que tinha que limpar de novo, e eu fiz como ela mandou [...] Ela passava, eu tinha acabado de limpar, ela passou a mão e pediu pra limpar de novo (Leonora)[35].

Conquanto, após esse estranhamento, encontramos nas narrativas a agregação aos modos e lógicas particulares dessas casas alheias:

33 Entrevista M.S., op. Cit., 2016.
34 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.
35 Entrevista A.B.P., op. Cit., 2016.

> Sim, me ajudava (patrão). Ia falando como que ele gostava no começo, né?! Aí depois que a gente pega o jeito que a pessoa quer, não precisava nem mostrar [...] Eu chego lá, primeiro vou na pia, lavo a louça que fica da semana inteira, daí eu já vou ponhando as toalhas de banho pra lavar os forros de cama, tudo. As roupas vão pra lavanderia. Só as outras coisas que eu lavo. Troco o lençol, tiro as toalhas, limpo os calçados dele (patrão), sempre está tudo jogado, daí eu limpo tudo, passo pasta nas botas, guardo [...] No doutor eu faço tudo! Do jeito que eu chego lá, estão os calçados jogados, eu tenho que limpar tudo. Eu faço tudo, as roupas que vem da lavanderia, eu tenho que guardar no lugar, já sei onde que guarda as coisas dele. Ele sai e deixa do jeito que ele levantou ali, nem a cama ele não estende, porque ele é sozinho (Adélia)[36].
> Eu por sinal, eu gosto que me falem uma vez só. Eu não gosto que fiquem em cima de mim, dizendo: "-Faça isso!" Você me falou uma vez eu já sei o que tenho que fazer. Sempre me dei com as minhas patroas graças a Deus [...] Tinha patroa que falava isso pra mim: Olha Alice, você é uma boa empregada, porque você limpa por baixo, limpa tudo, mas você nunca deu um riscão nas minhas coisas. Você cuida como se fosse seu. É verdade! Eu cuidava como se fosse meu! Acho que me queriam muito bem porque eles achavam que eu cuidava do patrimônio deles (Alice)[37].

As trabalhadoras domésticas buscam em suas atuações apresentar suas capacidades de realização do trabalho, como uma busca de retomada de lugar já bem estabelecido em suas casas, por isso é importante que se faça como a patroa ou patrão preferem com eficiência e concordância, de preferência sem que estes percebam seus aprendizados com as diferentes formas de realizar o trabalho doméstico. O processo de agregação dessas trabalhadoras passa por um importante crivo de confiança, em que a familiarização é percebida como uma recompensa por sua honestidade:

> [...] A gente tem que fazer entrevista também. Ela perguntou se eu era casada, se eu sabia fazer, principalmente a comida [...] Ela (patroa) na primeira, a gente vê que estão testando. Colocam dinheiro, coisa de valor, uma joia, contavam que era cara... Mas, imagino, pra gente saber (Leonora)[38].
> Porque tem patroa que quer muito bem a gente, daí quando ela te conhece, que você não rouba, que não faz nada de errado, ela já começa a te arrumar para as outras [...] eu acho que me queriam muito bem porque eles achavam que eu cuidava do patrimônio deles. Porque, que nem elas falavam, tem diarista que vem batem e arrebentam. Eu não, eu tentava cuidar o máximo das coisas pra agradar eles, então eles tentavam me retribuir (Alice)[39].
> Eles saiam pra festa eu ficava sozinha nos apartamentos com as crianças. Eles saiam e me davam a chave na minha mão, depois eu deixava para os porteiros. As madames iam para o salão, iam tomar chá, não sei com quem e diziam: "- Ó Alice! está aqui a chave, depois você entrega para o porteiro". Sempre foi assim! Eu ficava sozinha nos apartamentos, eles viajavam, eu cuidava, ficava limpando, cuidando (Alice)[40].
> Eu sou uma pessoa muito sincera, e quando eu fui fazer entrevista com ela, ela pegou a chave e me deu. Eu falei assim pra ela: "- Mas né?! você nem me conhece". E eles eram assim, o marido dela ganhava muito bem. Ele trabalhava pra uma multinacional dos Estados Unidos. Eles tinham uma casa enorme. Então, como que ela ia soltar a chave pra quem ela viu no jornalzinho. Ela falou: "- Não, conversando com você eu sei que eu posso confiar" (Conceição)[41].

36 Entrevista M.S., op. Cit., 2016.
37 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.
38 Entrevista A.B.P., op. Cit., 2016.
39 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.
40 Idem, 2016.
41 Entrevista C.C. op. Cit., 2016.

Conquistar a confiança nesses casos é como afirmar o lugar dessas mulheres com a efetivação de seus serviços, o saber fazer. Talvez, para além desse lugar de saber fazer, o lugar de vínculo com a família e a casa:

> Eu acho que eles me queriam muito bem e achavam que eu era parte da família deles. Porque sempre eu tentava agradar o máximo que eu podia meus patrões, fazer o máximo que eu podia, entendeu?! Cuidar das coisinhas deles [...] (Alice)[42].
>
> Lá me tratavam como se eu fosse da família. É assim, normal, o que eles iam comer, eles repartiam comigo, tudo, tudo normal e eles entendiam de eu sair o dia que o Pedro[43] não estava bom, que eu tinha que sair antes, eles não falavam nada. Porque eu ficava tomando conta da casa dela. Ela saia de manhã e eu só via ela no outro dia de manhã. Na hora que eu saia pra ir embora eu não via ela. Até, tanto que eu tinha a chave deles lá. Entrava a hora que eu entrava, fechava tudo na hora que eu saia, fazia os serviços tudo e vinha embora (Adélia)[44].
>
> [...] Eu posava na casa deles. Cuidava do pai dela quando ela ia na igreja. Eu dormia no quarto dela com a filha dela, comia com eles na mesa, como se fosse da família (Conceição)[45].

Cuidar do patrimônio da patroa como se fosse seu incorre na discussão do significado que a nova estrutura de organização encontrada fora de suas casas pode representar a essas mulheres. Visto que a decisão em trabalhar nos serviços domésticos se justifica pela insuficiência de renda financeira, ao encontrar outra lógica de trato com os lares, bem como outra organização física de casa, parece haver a necessidade de suportar o próprio íntimo de seu espaço privado e de suas insuficiências, reproduzido nas casas dos outros, pela fantasia de fazer parte do íntimo, da lógica dos outros. Nesse sentido, parece-nos não apenas mais convincente fantasiar com os bens materiais do outro, mas também a fantasia diante da constituição familiar do outro, já que o tempo despendido a essa outra família por parte das trabalhadoras domésticas inibe o tempo que poderia se direcionar às suas próprias famílias:

> Já cuidei de criança... Tem uma que foi embora... Eu entrei a menina tinha três meses, eu saí, a menina tinha quatro anos. Eu cozinhava e cuidava da menina, dava banho, passava tudo. Eu sou da família deles, sabe?! Eu me adapto muito rápido com a pessoa. Você tem que saber trabalhar! Tem que saber conversar! [...] A lembrança que me marcou mesmo é de me tirarem a menina. Eu sofri muito! Eu chorei muito pela menina, como eu sofri. Eu ainda quero ver a menina. Eu sofri muito pela menina. Parece que quando eles foram embora, arrancaram um pedaço de mim. Eu tinha ela como filha, pois eu criei ela, eu que fiz a primeira sopinha dela. (Alice)[46].
>
> Eu ia de manhã, o piazinho (filho dos patrões) ia pra escola a tarde. [...] Eu ficava cuidando dele e fazia meu serviço. Quando eu entrei, ele não ia pra escola. Ele era bem neném e ela (patroa) tinha que trabalhar, e ela me achou no jornalzinho de negócios. Tenho foto dele até hoje [...] Eu tinha que limpar a casa e cuidar dele, só que a

42 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.
43 Nome fictício.
44 Entrevista M.S., op. Cit., 2016.
45 Entrevista C.C. op. Cit., 2016.
46 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.

> prioridade era ele [...] Queria ver ele agora, queria ver depois que ele cresceu. Ele deve estar com uns treze anos. (Conceição)[47].
> Até o marido dela (patroa) ficou bravo com ela, porque quando ele começou a falar, ele começou a chamar eu quando ele acordava, ele não chamava a mãe dele, nem o pai. Daí ele falou pra ela: "- Não, mas você tem que ficar mais tempo com o piá". Pra mim não fazia mal eu ficar com ele. Eu ficava com ele pra eles sair, jantar, eu posava na casa deles com ele, para os dois sair (Conceição)[48].
> Tinha que cuidar, nessa uma (patroa) que foi embora agora, eu cuidava mais da menininha do que fazer as coisas. A hora que a menininha dormia eu ia fazer. Eu cuidava dela desde antes dela nascer, era a mesma coisa que fosse minha filha. Depois ela (patroa) ficou mais com a menina, só que a menina já estava acostumada comigo, quase que não queria ir com a mãe. Eu cuidava como se fosse minha (Adélia)[49].

Apesar dos relatos de adaptação nas famílias empregadoras, há dados momentos de suas narrativas em que experiências no âmbito do trabalho servem para romper com a idealizada agregação. Outra atenção importante a ser dada é sobre as agregações ou familiarizações não fazerem parte das narrativas de todas as trabalhadoras entrevistadas. Para as trabalhadoras que sentem sua familiarização nos lares dos patrões, as passagens no trabalho que demonstram o espaço dessas trabalhadoras como prestadoras de serviço, e não como membra da família são marcados pela sensação de desprezo. Para as trabalhadoras que não se sentem familiarizadas, se ocupar com a família que não é sua com os afazeres que geralmente faz em seus lares torna seus olhares mais pontuais nos espaços que ocupam, mas não menos dolorido. Um dos temas mais tratados sobre esse requisito foi a sobrecarga de atividades:

> Ah, tinha dia que ela tratava mal, o dia que ela levantava, a gente tinha que ficar no canto da gente. Ouvir e fazer que não escutava [...] quando você entra trabalhar em uma casa, você entra e já começa tudo. Não tem limite. Quem falar que faz uma coisa só, mente [...] Com patrão é diferente. Ou você faz ou cai fora. Você se obriga a fazer tudo pelo preço que você ganha. Serviço doméstico é muito pesado, sabe?! Tinha que... Acho que o governo tinha que dar mais valor, porque olha, só a gente que trabalha mesmo que sabe (Alice)[50].
> Claro que a gente está ali para trabalhar, né?! Tem que fazer mesmo, mas eu me senti assim, não valorizada e humilhada até um pouco, porque como eles tratavam parecia que eles não estavam vendo eu como ser humano, entendeu?! Como aquele que tem que trabalhar, não como uma pessoa que precisa ser valorizada. Então, me sentia assim (Leonora)[51].

Os papéis das relações de gênero também aparecem nesse aspecto de cansaço. As trabalhadoras realizam jornadas duplas em que precisam realizar a mesma atividade de seus trabalhos fora de casa em suas próprias casas:

> A gente acaba cuidando de duas casas. Eu me sinto um pouco cansada, a gente fica até estressada, porque coisa que você tem que fazer lá, às vezes você cuida muito bem da

47 Entrevista C.C. op. Cit., 2016.
48 Idem, 2016.
49 Entrevista M.S., op. Cit., 2016.
50 Entrevista M.F.L., op. Cit., 2016.
51 Entrevista A.B.P., op. Cit., 2016.

> casa da tua patroa e você acaba deixando o teu, e isso sobrecarrega, porque é o mesmo serviço que você vai fazer em casa também, e você faz. E isso é serviço que não aparece, porque você acaba de fazer e já tem que sujar (Leonora)[52].
> Eu trabalho no meu serviço, cuido da minha casa e ajudo a mãe. Só que vai chegando um tempo da vida da gente que se eu não voltar a estudar, eu não aguento mais, porque tem casa que entendem a gente, mas tem casa que a pessoa quer... Quanto mais a gente faz, mais quer que faça. Tem dias que tem que tomar remédio pra dor, porque doem as pernas, doem os braços, porque fica muito tempo em pé. Tenho dificuldade pra dormir, tomo calmante. Fui ao doutor, comecei a chorar, ele me deu remédio e falou: vamos dar remédio pra você, se não você não vai aguentar cuidar do neném. Mas a gente vai indo, né?! Tem dias que não é fácil, mas tudo com Deus a gente leva (Adélia)[53].
> Eu me sinto muito cansada, me sinto muito sozinha, penso em arrumar até um marido, mas tenho medo, por causa da filha mocinha, né?! Me sinto muito acabada, acho que já acabou tudo, já deu sabe, só que eu olho pra ela (filha) e vejo que tenho que lutar mais um pouco, até estabilizar, ela terminar os estudos e ter um trabalho. Então, por isso eu tenho que continuar mais um pouco (Carolina)[54].

As falas a respeito de dores físicas e/ou emocionais surgem nas narrativas das trabalhadoras após longo tempo de entrevista, ato esse que entendemos como resistência em falar sobre seus sofrimentos nos permite pensar na ideologia da vergonha descrita por Christophe Dejours como mecanismo de defesa para suportar as condições de desgaste, ou seja, há um silenciamento a respeito do corpo: "[...] Seja a sexualidade, a gravidez ou a doença, tudo deve ser recoberto de silêncio [...]" (DEJOURS , 1992, p. 32). O corpo só pode ser aceito no silêncio de si mesmo e na produtividade de sua ação; aceitação esta que embasa a ideologia da vergonha. A angústia das trabalhadoras (es) não se dá pela doença, mas pelo impeditivo de trabalho que a doença incumbe.

Considerações

As narrativas encontradas podem se desdobrar em múltiplas problemáticas. Como já apontamos, são mulheres com experiências pouco visibilizadas, varridas para baixo dos tapetes dos lares (e da História), mas com a constante afirmação contraditória quando o tema vinha à tona: "Ela é quase da família!" Com a perversidade dessa frase, nos parece ter sido impossibilitado qualquer questionamento de suas condições, mascarando abusos e apropriações. Por isso buscamos primeiramente perceber tais trabalhadoras como sujeitas de memória, que constituem suas vivências e, consequentemente, constituem suas identificações; segundo, perceber como as relações entre as trabalhadoras e o contexto de trabalho se dava a partir de suas próprias falas.

52 Idem, 2016.
53 Entrevista M.S., op. Cit., 2016.
54 Entrevista M.T.R., op. Cit., 2016.

Lançamos mão à hipótese de que os vínculos de afeto experimentados pelas trabalhadoras domésticas se estabeleciam pelo fato destas se desprenderem de suas habitações para produzir conforto às habitações do outro por meio da repetição de um trabalho já elaborado em seu próprio lar, o que implicava reproduzir algo de seu âmbito privado e, portanto, íntimo. Reproduzir algo do seu âmbito privado, inscrito no íntimo nos parece ser o escopo para denotar as relações empregatícias dessa categoria costumes de exploração sustentados pela alcunha de “patrões benfeitores” e empregadas “quase da família”.

Ao decorrer das entrevistas, no entanto, percebemos a ideia de aprendizado vinculado ao início do trabalho e pudemos perceber que outro discurso estava interiorizado. Se a identificação com algo que já se fazia determinava qual trabalho se ocupar a partir da falta de opção, da não profissionalização, baixa escolaridade e as vicissitudes enfrentadas por mulheres das classes trabalhadoras, o contato com os lares alheios, os quais mantinham outra lógica social, parecem determinar uma espécie de fantasia em se inserir nessa outra realidade e se distanciar de sua própria. As questões sobre como essa situação se reverbera em alienação no trabalhado certamente devem ser tratadas em outro momento, afinal, nessa relação, mantemos manifesta a ideia de que no vínculo estabelecido há grande proveito material para a parte que contrata seus serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção); MELLO E SOUZA, Laura de. (coordenadora do volume 1). *História da vida privada no Brasil*: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 120.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 471-489, jul-dez 2013.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Suely Gomes. Conforto, proteção social e emprego doméstico (Brasil e Região Fluminense, 1960-2000). *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 767-794, out/dez. 2014, p. 768.

DEIAB, Rafaela; MESQUITA, Patrícia; SANTOS, Gabriela. *Entre a casa e a rua*: a relação entre patrões e empregadas domésticas. USP, 2003.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Editora Cortez – Oboré, 1992, p. 32.

DORON, Roland; PAROT, Françoise. *Dicionário de Psicologia*. São Paulo: Ática, 2006.



FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memória*. Ed. Siglo XXI de España. Madri: 2001.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

LAUDERDALE. Sandra Graham. *Proteção e obediência*: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 133.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado , o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.2, mai./Agos. 2008.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. *Revista Estudos Feministas*, vol.12 n°2, Florianópolis: Mai/Ago. 2004.

PINTO, Elizabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação*: a trajetória de vida de DªLaudelina Campos de Mello (1904-1991). 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) –Ciências Sociais Aplicadas à Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista de História*, v. 24, n.1, Franca, 2005, p. 79.

______. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 238-259.

JOSHI, Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. *Revista Mundos do trabalho*, ANPUH, v.I, n.2, p. 147-170, 2009.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC; 2005.

______. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 17.

RONCADOR, Sônia. "O demônio familiar: lavadeiras, amas de leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida". *Luso-brazilian Review* – Volume 44, Number I, 2007, pp. 94-119.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 90.

______. Prefácio à Genderand Politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, n.3, p.11-27, 1994, p. 12.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertadas entre sobrados*: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILLAGRÁN, Emmanuel Ortega. *Carta abierta al hijo del jefe*. In: Blog Malaclase. Março, 2014.